



Número: **0600445-13.2023.6.16.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Presidência**

Última distribuição : **03/08/2023**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Relator: **WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA**

Assuntos: **Proposta de Nova Resolução**

Objeto do processo: **Proposta de Resolução para regulamentar o Programa "Cidadania Plena" no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná, visando proporcionar acessibilidade às pessoas idosas, hospitalizadas e com mobilidade reduzida, aos(às) cidadãos(ãs) das comunidades quilombolas, das comunidades caiçaras, de aldeias indígenas, dos assentamentos agrários e ocupações de caráter precário, às pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade, entre outras, promovendo iniciativas voltadas a facilitar a regularização de sua situação eleitoral e sua efetiva participação nos pleitos eleitorais; Ref. PAD 14181/2023.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA (INTERESSADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
43681182	14/08/2023 13:53	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**ACÓRDÃO Nº 62.228**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 0600445-13.2023.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator:** WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA

**INTERESSADO:** TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral<sup>1</sup>

**RESOLUÇÃO Nº 916/2023**

**Regulamenta o Programa “Cidadania Plena”, no âmbito da  
Justiça Eleitoral do Paraná.**

### DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a Resolução, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 07/08/2023

RELATOR(A) WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso VII, de seu Regimento Interno;

**CONSIDERANDO** a oportunidade de promover o alinhamento institucional aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial, a ODS 16 – fortalecimento das instituições;

**CONSIDERANDO** os desafios estratégicos da garantia dos direitos fundamentais e do fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade;



Este documento foi gerado pelo usuário 877.\*\*\*-04 em 15/08/2023 14:41:10

Número do documento: 23081413530068500000042641699

<https://pje.tre-pr.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081413530068500000042641699>

Assinado eletronicamente por: WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA - 14/08/2023 13:53:02

**CONSIDERANDO** que a cultura de respeito e de inclusão às pessoas idosas, às pessoas hospitalizadas, às pessoas com mobilidade reduzida, aos quilombolas, às caiçaras e aos indígenas bem como a integração da Justiça Eleitoral com as instituições que atuam nesses segmentos constituem-se numa maneira democrática de efetivação da cidadania;

**CONSIDERANDO** o crescimento estatístico de eleitores(as) idosos(as) e o interesse da Justiça Eleitoral do Paraná em ter um novo olhar na forma de lhes promover e de lhes assegurar o exercício do voto, com absoluta prioridade, conforme o art. 3º, § 1º, I e II, da Lei 10.741/200 (Estatuto do Idoso);

**CONSIDERANDO** o dever do Estado de garantir o pleno exercício dos direitos civis e políticos;

**CONSIDERANDO** o dever de utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio para a melhoria de suas condições de vida e de sua integração no processo de desenvolvimento, previsto na Lei nº 6.001/76 (Estatuto do Índio);

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ nº 307/2019, que institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo a garantia de direitos fundamentais e ao acompanhamento das pessoas egressas e pré-egressas para facilitar o acesso a serviços públicos, dentre outros;

**CONSIDERANDO** a Resolução TSE nº 23659/2021, que assegura a realização de operações do Cadastro Eleitoral, inclusive alistamento, revisão e transferência, àqueles(as) que estejam com os direitos políticos suspensos, bem assim aos (às) cidadãos(ãs) que se encontram em prisão provisória e aos(às) adolescentes sob custódia em unidade de internação;

**CONSIDERANDO** a Resolução TSE nº 23669/2021, que assegura a disponibilização de seções eleitorais provisórias em estabelecimentos penais e em unidades de internação tratadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de que as presas e os presos provisórios(as), e os(as) adolescentes custodiados(as) em unidades de internação tenham assegurado o direito constitucional ao voto;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ nº 425/2021, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades;

**CONSIDERANDO** a implementação do programa “Cidadania Plena”, por meio da Portaria TRE-PR nº 186/2022, com o objetivo de facilitar e de promover o exercício do voto aos (às) idosos(as), às pessoas hospitalizadas e com mobilidade reduzida e aos (às) cidadãos(ãs) em situação de rua e vulnerabilidade, às comunidades quilombolas, caiçaras, aldeias indígenas e de assentamentos rurais do Estado do Paraná e os excelentes resultados obtidos no último pleito, a recomendar a ampliação do programa,

## **RESOLVE**

## **CAPÍTULO I**

## **DO PROGRAMA**



**Art. 1º** O Programa “Cidadania Plena” passa a ser regulamentado por esta Resolução.

**Art. 2º** O programa visa proporcionar acessibilidade às pessoas idosas, hospitalizadas e com mobilidade reduzida, aos(às) cidadãos(ãs) das comunidades quilombolas, das comunidades caiçaras, de aldeias indígenas, dos assentamentos agrários e ocupações de caráter precário, às pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade, entre outras, promovendo iniciativas voltadas a facilitar a regularização de sua situação eleitoral e sua efetiva participação nos pleitos eleitorais.

**Art. 3º** São objetivos do Programa “Cidadania Plena”:

I – regularizar a situação eleitoral dos(as) idosos(as), das pessoas hospitalizadas e com mobilidade reduzida, dos(as) cidadãos(ãs) das comunidades quilombolas, das comunidades caiçaras, das aldeias indígenas, dos assentamentos agrários e ocupações de caráter precário, das pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade, e daqueles(as) que estejam confinados(as), sem decisão judicial transitada em julgado, em estabelecimentos prisionais e unidades de internação de adolescentes no âmbito do estado do Paraná;

II – assegurar, facilitar e promover o exercício do voto às populações descritas no inciso anterior;

III – contribuir com a reinserção social de pessoas privadas de liberdade (pré-egressas), egressas do sistema penitenciário e/ou em cumprimento de medidas e penas alternativas.

**Parágrafo único.** O programa é regido pelos princípios da dignidade, da acessibilidade, da absoluta prioridade, da proteção integral, da cidadania, da convivência comunitária e política e da comunhão nacional.

**Art. 4º** Para a consecução dos objetivos do Programa “Cidadania Plena”, a Justiça Eleitoral do Paraná promoverá iniciativas e mutirões voltados à disponibilização de atendimento ao eleitor e à eleitora, especialmente operações de alistamento, revisão e transferência de eleitores(as) em hospitais, instituição de longa permanência de idosos, comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas, assentamentos agrários e ocupações de caráter precário, abrigos de apoio a pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade, estabelecimentos prisionais e unidades de internamento de adolescentes, bem como a instalação de seções eleitorais nesses espaços, as quais poderão ter caráter permanente ou provisório.

**§ 1º** A realização de ações inerentes ao Programa “Cidadania Plena” poderão ser viabilizadas individualmente pelo Tribunal ou mediante a celebração de acordos e parcerias, ou ainda campanhas instituídas nacionalmente como a Semana do Registro Civil, com entidades públicas e privadas responsáveis pela promoção de projetos e iniciativas com finalidades análogas.

**§ 2º** Eventuais acordos ou protocolos de intenções firmados no âmbito do Programa serão gratuitos e não implicarão transferência de recursos financeiros.

**§ 3º** Os Acordos de Cooperação Técnica poderão abranger a definição do local para instalação de seção eleitoral; a disponibilização de pessoal, de espaço físico, de equipamentos e de materiais de expediente voltados à realização do mutirão de atendimento; dentre outros.

**§ 4º** As instituições partícipes estão autorizadas a reproduzir em seus canais oficiais de comunicação social as informações concernentes ao programa.

## **CAPÍTULO II**

### **DA CRIAÇÃO DE SEÇÕES ELEITORAIS**



**Art. 5º** As Zonas Eleitorais cujos municípios possuam em seu território hospitais, instituições de longa permanência para idosos, comunidades quilombolas, comunidades caiçaras, aldeias indígenas, assentamentos agrários e ocupações de caráter precário ou abrigos de apoio a pessoas em situação de rua, providenciarão a instalação de Seções Eleitorais nesses locais com o intuito de atender o respectivo grupo específico de pessoas, bem como seus colaboradores e colaboradoras, além de outros(as) eleitores(as) que residam na respectiva região.

**Parágrafo único.** O funcionamento das Seções Eleitorais referidas no caput está condicionado à existência de, no mínimo, 50 (cinquenta) eleitores, ressalvada disposição do Tribunal Superior Eleitoral em sentido diverso.

**Art. 6º** As Zonas Eleitorais em que estão situados estabelecimentos prisionais com presos provisórios e unidades de internamento de adolescentes providenciarão a instalação de Seções Eleitorais nesses locais, em caráter provisório e especificamente para as Eleições mais próximas, observadas as regras definidas em normativo próprio do Tribunal Superior Eleitoral.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS MUTIRÕES DE ATENDIMENTO**

**Art. 7º** Em anos não eleitorais e até o fechamento do cadastro nos anos eleitorais, as Zonas Eleitorais promoverão mutirões de atendimento às populações especificadas nesta Resolução, com vistas à regularização de sua situação eleitoral mediante operações de alistamento, revisão e transferência de inscrição eleitoral, nos seguintes locais existentes em seu território:

- I – hospitais ou assemelhados;
- II – instituições de longa permanência de idosos;
- III – comunidades quilombolas, comunidades caiçaras e aldeias indígenas;
- IV – assentamentos agrários e ocupações de caráter precário;
- V – abrigos de apoio a pessoas em situação de rua;
- VI – estabelecimentos prisionais para atendimento de pré-egressos;
- VII - estabelecimentos prisionais de permanência de presos provisórios e unidades de internamento de adolescentes.

**§ 1º** O Juízo Eleitoral definirá o período de realização do mutirão e diligenciará junto aos órgãos públicos locais as providências necessárias para a regularização dos títulos de eleitor, inclusive para deslocamento de infraestrutura e pessoal, se necessário e se houver viabilidade técnica atestada pela área competente do Tribunal, aos locais a serem assistidos no âmbito do Programa.

**§ 2º** Para fins do previsto no inciso VI, as Zonas Eleitorais em que estão situadas penitenciárias ou outros estabelecimentos prisionais que abrigam presos(as) definitivos(as) realizarão ações voltadas a contribuir com a reinserção social dos(as) presos(as) que, dentro de seis meses seguintes:

- I – tiverem a pena privativa de liberdade extinta pelo cumprimento integral;
- II – estiverem aptos à progressão de regime prisional;



**III** – estiverem aptos à obtenção de livramento condicional.

**§ 3º** Os serviços prestados nos termos do § 2º compreenderão emissão do título de eleitor e operações de alistamento, revisão e transferência de inscrição eleitoral, as quais deverão ser seguidas da anotação ASE que indique a suspensão de direitos políticos.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 8º** A coordenação do Programa “Cidadania Plena” será de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação, a quem caberá acompanhar a realização das ações e mutirões desenvolvidos no âmbito desta Resolução.

**§ 1º** Os Juízes Eleitorais informarão à coordenação do Programa sobre os resultados obtidos em cada uma das ações desenvolvidas no âmbito de sua Zona Eleitoral.

**§ 2º** A coordenação do Programa compilará as informações e elaborará relatório anual das atividades desenvolvidas concernentes ao Programa “Cidadania Plena” à Presidência.

**Art. 9º** Os casos omissos serão decididos pela Presidência.

**Art. 10.** Revoga-se a Portaria TRE-PR nº 186/2022.

**Art. 11.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 07 de agosto de 2023.**

**Des. COIMBRA DE MOURA**

**Presidente**

**Des. FERNANDO WOLFF BODZIAK - ausente**

**Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**

**THIAGO PAIVA DOS SANTOS**

**Des<sup>a</sup>. CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI**

**JULIO JACOB JUNIOR**



**ANDERSON RICARDO FOGAÇA**

**GUILHERME FREDERICO HERNANDES DENZ**

**ELOÍSA HELENA MACHADO**

**Procuradora Regional Eleitoral**

**EXTRATO DA ATA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO (1298) Nº 0600445-13.2023.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ -  
RELATOR: DES. WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA - INTERESSADO:  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ.

**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a Resolução, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Thiago Paiva dos Santos, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Julio Jacob Junior, Anderson Ricardo Fogaça e Guilherme Frederico Hernandez Denz. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, substituta em exercício, Eloisa Helena Machado.

**SESSÃO DE 07.08.2023**



Este documento foi gerado pelo usuário 877.\*\*\*-04 em 15/08/2023 14:41:10

Número do documento: 23081413530068500000042641699

<https://pje.tre-pr.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081413530068500000042641699>

Assinado eletronicamente por: WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA - 14/08/2023 13:53:02